

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais **CUT**

## EM 2008, UNIDADE SIGNIFICA VENCER!



Autor: Chico Buarque de Holanda

O próximo ano começa com a necessária e urgente mobilização da categoria. Convidamos todos os companheiros para a luta solidária pelos nossos direitos!

E ENTÃO?!  
2008 SERÁ UM ANO BOM PRA GENTE?!

HUUUMMM!!!  
PELO QUE EU VEJO,  
ISSO VAI DEPENDER  
MUITO DA NOSSA  
CAPACIDADE DE  
LUTA E UNIÃO!!





É preciso ter esperanças sempre. Esperança de um mundo melhor, mais justo e humano. Na virada do ano, vamos agradecer os sonhos realizados em 2007 e sonhar um pouco mais para o ano que vem. Nós, trabalhadoras e trabalhadores, temos que recarregar as energias e unir nossas forças para enfrentarmos juntos as lutas diárias dos próximos doze meses.

Adeus 2007... Bem-vindo 2008!

Que no próximo ano continuemos a construir juntos a nossa história e enfrentar os obstáculos e dificuldades, de forma a trabalharmos por tempos melhores.

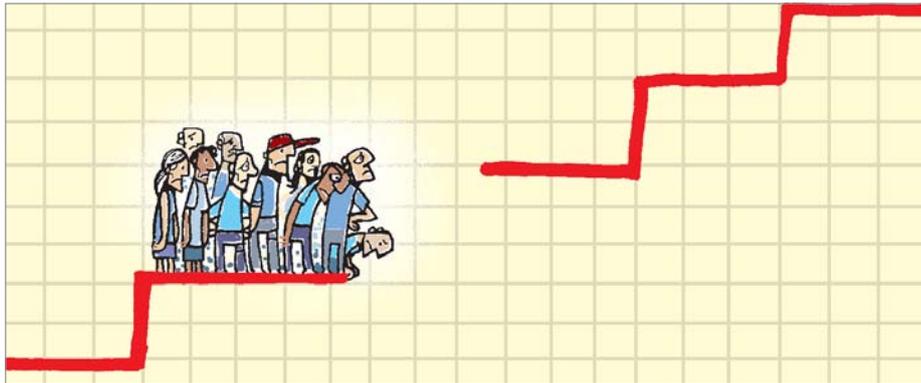
Boas Festas e um 2008 com mais sucessos e realizações.

**São os votos do Presidente José Maria dos Santos e da diretoria do SINDÁGUA-MG.**

## PCCS exclui "antigos" de casa

O "aprimoramento" do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) foi anunciado com algumas medidas consideradas importantes e que permitem aos trabalhadores a evolução profissional, através da participação em programa trainee e em processos de seleção para cargos de confiança.

As medidas positivas anunciadas tiveram, no entanto, um aspecto negativo e que alija a grande maioria dos trabalhadores de crescimento profissional: não podem participar desses processos trabalhadores com mais de 10 anos de casa ou acima de 40 anos de idade. Infelizmente, esses limites penalizam os trabalhadores de larga experiência e que investiram em



formação que agrega qualidade em suas atividades profissionais.

Além da "exclusão" de pouca sensibilidade, a medida contra os trabalhadores de mais tempo de casa agride preceitos constitucionais e toda a política desenvolvida nas empresas e nos governos em respeito aos direitos dos cidadãos.

Limitar um companheiro de 10 anos de contrato ou 40 anos de idade de poder evoluir em sua carreira profissional, macula o que há de positivo nas medidas do PCCS, que, infelizmente, também continua sendo gerido sem a participação ou discussão com os trabalhadores.

### SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

**Presidente:** José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Nicolau - **Fotos:** Rogério Matos/Acervo - **Ilustração:** Lute - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica Belo Horizonte

Rua Congonhas, 518 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224  
CEP: 30330-100 — Home Page: [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) e-mail: [imprensa@sindagua.com.br](mailto:imprensa@sindagua.com.br)

# Responsabilidade para discutir a Previminas

O SINDÁGUA, Deapes, Senge e Saemg buscam na Justiça uma decisão para que os cálculos atuariais e todas as alternativas possíveis para dar vitalidade à Previminas sejam apresentados. A ação movida pelos sindicatos não objetiva impedir os descontos, mas exigir que eles aconteçam dentro de um padrão de justiça e de transparência. Afinal de contas, porque o déficit foi gerado? Seria por culpa dos trabalhadores que não atrasam contribuições, realizadas diretamente na folha de pagamento? Quais os erros administrativos cometidos e de quem foi a responsabilidade? E, principalmente, quais as alternativas existentes, para que as contribuições sejam reajustadas sem penalizar trabalhadores com valores exorbitantes em índices espetaculares (87,69%, de novembro/2006 a novembro/2007)?

Somos os primeiros a defender a saúde financeira da Previminas, afastando dela quaisquer mãos corruptas ou inaptas para gerir o patrimônio que vem sendo construído pelos trabalhadores ao longo de uma vida de trabalho.

Esperamos que a Justiça cumpra o papel de cobrar responsabilidades dos gestores, identificar onde foram realizados os erros e o que



Rogério, Zé Maria, Jarbas e o advogado Ricardo Só

pode ser feito para repará-los, sem que isto implique em um sacrifício que venha alijar trabalhadores como participantes da Previminas por que a contribuição cresce muito além dos reajustes conquistados nos salários. Não foram os trabalhadores que erraram e quem for identificado como responsável pelo rombo que “pague o pato”.

Os Sindicatos, o Deapes e a Acoprevi, após examinarem o desdobramento da reclamatória trabalhista proposta, visando a discussão sobre o reajuste das contribuições do Plano Previdenciário dos trabalhadores na Copasa, entenderam ser necessário a contratação de profissional especializado em previdência complementar. Os sindicatos contrataram os serviços

do escritório do especialista Dr. Ricardo Só de Castro, de Porto Alegre, com notório conhecimento em previdência complementar.

A sua participação já na primeira audiência do dia 18 de dezembro de 2007, resultou no aditamento da petição inicial incluindo o pedido de perícia atuarial, denúncia de assédio moral sobre os participantes pela Copasa, com ameaça de desconto em única parcela das contribuições suspensas por decisão judicial, além de solicitar a intimação da Secretária de Previdência Complementar – SPC, e do Ministério Público do Trabalho. A audiência foi suspensa, para que a Copasa e Previminas se manifestem e nova audiência remarcada para o dia 19 de fevereiro de 2008.

## Copass Saúde quer alterar estatuto

A direção do COPASS enviou para os membros do Comitê de Gestão uma nova proposta de estatuto, com sugestões de alterações muito danosas para a solidez do Programa de Saúde, significando um grande retrocesso ao que foi aprovado pelos trabalhadores participantes há pouco menos de dois anos. Pior ainda, a intenção declarada era a de aprovar o novo estatuto de forma acelerada, sem uma discussão por-

menorizada com os trabalhadores participantes e com os próprios membros nos comitês de gestão e fiscal.

Demonstramos a necessidade de convocar uma assembléia geral dos participantes para que a nova proposta de estatuto seja apreciada e possa receber as melhorias necessárias. Para isso, é imprescindível que essa proposta seja publicada em jornal e divulgada para todos os participantes, repetindo o procedimento

transparente de outras ocasiões, permitindo melhorias e a necessária correção de erros.

Alertamos aos trabalhadores para ficarem atentos e comparecerem com toda a responsabilidade nesta assembléia do Copass a ser convocada nos próximos dias, para que as mudanças, eventualmente, efetuadas atendam o espírito do Programa de Saúde construído e mantido pela categoria.

# Ministério Público investiga



Uma preocupação que já era dada como superada voltou a atormentar cerca de 203 trabalhadores contratados na Copasa no intervalo da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Constituição de Minas Gerais, em 1990. Em 2004, a promotora do Ministério Público, Dra. Júnia Soares Nader, sugeriu o arquivamento do processo.

A própria Copasa, através do ex-presidente Mauro Ricardo, fez circular um comunicado para todos os trabalhadores sob investigação, procurando tranquilizá-los sobre a regularidade das contratações e da disposição da empresa de defender a postura de correção nos processos de contratações. Efetivamente, todos os trabalhadores passaram por um processo de seleção e um companheiro apresentou, em reunião recente no SINDÁGUA, um documento de controle do setor de treinamento da Copasa, demons-

trando a disputa de vaga oferecida.

## MP desenterra o assunto que parecia sepultado

O Ministério Público do Trabalho da Terceira Região, ajuizou Ação Civil Pública, contra a COPASA MG, questionando a admissão nos anos de 1988/1989 de cerca de 203 trabalhadores contratados, sob o argumento de que os empregados envolvidos, não se submeteram aos concursos públicos ou qualquer processo seletivo, exigidos pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. O processo foi distribuído no dia 22 de novembro de 2007, recebendo o número 01493 2007 013 03 00 0, estando em tramitação na décima terceira Vara do Trabalho da Comarca de Belo Horizonte, com audiência inaugural, marcada para o próximo dia 28 de janeiro de 2007.

Os Sindicatos, como legítimos representantes dos trabalhadores envolvidos na demanda, ingressaram com o pedido de "Intervenção de Terceiros", para participarem como parte interessada, formando-se um litisconsorte passivo. A partir do deferimento do pedido de intervenção de terceiros, as entidades sindicais irão realizar a defesa de cada trabalhador relacionado, bem como produzir todos os meios de provas necessários à formação da convicção do Juízo da décima terceira Vara do Trabalho da Comarca de Belo Horizonte. Cabe à COPASA, que tomou postura de reiterar a correção das contratações há três anos, fazer a defesa de cada trabalhador en-

volvido e apresentar todos os meios de provas comprobatórias da regularidade das contratações.

As entidades sindicais, de imediato, encaminharam ofício diretamente aos trabalhadores relacionados na demanda do Ministério Público do Trabalho informando-os do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo MTB. Todos foram ainda convocados para reuniões realizadas no dia 6, na sede da entidade para companheiros da região metropolitana, e dia 7, em várias localidades no interior. Os trabalhadores foram informados da contratação dos serviços jurídicos do Dr. Danilo Santana e orientados a prestarem todas as informações necessárias para serem arroladas na defesa.



## Entenda como ocorreram as contratações

Os sindicatos, como é de conhecimento público e notório, no ano de 1990, ingressaram com as Reclamações Trabalhista na Justiça do Trabalho, solicitando a comprovação de vínculo empregatício de 900 trabalhadores contratados pela COPASA MG, via AECO e outras interpostas empresas. Os trabalhadores foram todos considerados admitidos diretamente pela COPASA MG, com vitória dos sindicatos em todas as ações judiciais e por Decisão Judicial Transitado em



# a contratações de 20 anos



Julgado.

Entretanto, 203 trabalhadores não recorreram a via judicial, considerando que a Copasa-MG, por acordo e com autorização, do então Governador do Estado, determinou para que fossem contratados diretamente pela empresa, sem a necessidade de contratação por interpostas empresas, nos mesmos moldes definidos pela sentença judicial transitado em julgado, sem a necessidade de instauração de processos judiciais.

Não havia, à época, um entendimento claro sobre o enquadramento da Copasa, empresa de economia mista, como eminentemente estatal e a regulamentação da exigência do concurso público pela Constituição Federal só veio acontecer com a promulgação da Constituição Mineira de 1990. Com efeito, a Copasa realizou seu primeiro concurso público em 1991, depois que o Supremo Tribunal Federal finalmente deu seu parecer, neste mesmo ano, de que só poderiam haver novas contratações de concursados.

Um dos aspectos das contratações que denotam a necessidade premente das contratações foi a característica marcante de trabalhadores admitidos em sua grossa maioria para áreas operacionais, sobretudo leituris-

tas, o que elimina quaisquer insinuações de admissões por caráter político ou indicações de apadrinhados.

Agora, com quase 20 anos após essas contratações, o Ministério Público do Trabalho da Terceira Região, propõe a Ação Civil Pública, questionando a legalidade dos 203 empregados e pretendendo a sua anulação, sendo que vários companheiros já se aposentaram, outros trabalhadores precisaram readaptação em função de desgaste físico em atividades de leituras, tendo sido treinados e galgado postos correlatos em setores operacionais.

Como foi dito pela própria Copasa em 2004, também os Sindicatos se empenharão na defesa de todos os trabalhadores. Temos a convicção da plena regularidade das contratações e correção administrativa da Copasa, de que somente a partir de 1990, eram exigidos os concursos e que a empresa imediatamente se enquadrou à lei, realizando sem primeiro concurso pú-

blico em 1991.

Na reunião, dia 6 de dezembro de 2007, foram devidamente esclarecidos todos os passos da demanda. Além dos documentos internos da empresa, informamos a necessidade de cada trabalhador envolvido, providenciar todos os meios de provas, como a realização de exames de seleção interna, arrolamentos de testemunhas, com nome e endereço para, se necessário, serem ouvidas pelo Juízo, bem como qualquer prova capaz de demonstrar a regularidade de todas as contratações.



## SINDÁGUA elege representantes para Comitês de Bacias

Em novembro, foram realizadas eleições para compor alguns Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Durante o processo são eleitos os representantes dos poderes público municipal e estadual, dos usuários e da sociedade civil ligados aos recursos hídricos.



CBH Alto São Francisco: Rui



CBH Paraopeba: Gercianisio

O SINDÁGUA MG participa ativamente das discussões sobre os recursos hídricos e elegeu quatro dirigentes sindicais para representar a sociedade civil nos seguintes comitês:

- CBH Paraopeba: Gercianisio Almeida Damasceno – titular;

- CBH do Rio Grande: Delfino da Conceição Teixeira – titular – e João Batista Donizette Barbosa – suplente;

- CBH Alto São Francisco: Rui Barbosa – titular;

Os comitês são fundamentais para discutir a conservação das águas, a sua utilização racional e a garantia da universalização do acesso, aspectos importantes na gestão dos recursos hídricos, para o bem estar de todos, a preservação do meio ambiente e a resolução de conflitos relacionados à questão hídrica.

primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com o uso da água; aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia, bem como estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água, sugerindo valores a serem cobrados e aprovando planos de aplicação de recursos oriundos da cobrança.

Os comitês são instituídos por ato do Governador do Estado. Em Minas Gerais, existem 27 comitês instituídos e nove comissões pró-comitês.

### Saiba mais sobre os Comitês de Bacias

Segundo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), os Comitês de Bacias são órgãos normativos e deliberativos que têm o objetivo de promover o gerenciamento de recursos hídricos nas suas respectivas bacias hidrográficas. Entre suas competências estão: a promoção do debate sobre as questões hídricas; arbitrar, em



CBH do Rio Grande: Delfino

## Criação do Conselho Estadual de Saneamento é adiada

O Projeto de Lei (PL) 1.416/2007, do governador Aécio Neves, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico (Cesb) saiu da pauta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A base do governo não abriu mão da sua proposta e se recusou a acolher as sugestões apresentadas pelas entidades sindicais e sociais que defendem a criação de um conselho deliberativo e paritário.

Para que o PL 1416 não fosse aprovado sem a participação da sociedade civil e dos usuários dos serviços, os deputados de oposição solicitaram o adiamento da votação para que hou-

vesse mais tempo de discutir o assunto e negociar com o governo.

O SINDÁGUA MG tem acompanhado as discussões, na busca que sejam estabelecidas regras claras, transparentes e democráticas para a gestão do saneamento em Minas Gerais. “Precisamos avançar na política de saneamento aqui no nosso Estado. A criação do conselho é uma demanda antiga dos movimentos sociais e sindicais, mas não podemos permitir que ele seja criado sem garantir que o conselho estadual será um instrumento de democratização das ações do saneamento no Estado” ressaltou o presiden-

te José Maria dos Santos.

Após o recesso da ALMG, o projeto voltará a ser discutido e o Sindicato vai continuar a mobilização junto aos deputados para que o conselho seja composto pelos diversos segmentos da sociedade que lidam com o saneamento e que a sua criação permita delinear as políticas públicas de saneamento em Minas Gerais, de forma que a gestão e os planos para o saneamento contribuam para a prevenção e educação ambiental, universalização dos serviços, controle social e melhoria da qualidade de vida da população.

## SINDÁGUA MG marca presença na 3ª Conferência Nacional das Cidades

Entre os dias 25 e 29 de novembro de 2007, aconteceu em Brasília/DF a 3ª Conferência Nacional das Cidades, com o objetivo principal de avançar na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A terceira edição da Conferência fez um balanço dos resultados das deliberações das duas conferências anteriores e da atuação do Conselho das Cidades, além de eleger as entidades nacionais que devem compor esse conselho e indicar as prioridades para a atuação do Ministério das Cidades.

Com o lema “Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social” e o tema “Avançando na Gestão Democrática das Cidades”, a 3ª Conferência contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, entre delegados e observadores que vieram de todas as partes do Brasil e também de outros países. Entre os delegados, destaca-se a participação dos dirigentes do SINDÁGUA MG: Ângela Maria Fernandes Cruz, Antônio Domingos Saldanha (Toninho), Gercianisio Almeida Damasceno, Luiz Antônio Torres dos Santos (Aranha), José Geraldo Nascimento e Wanderley Miranda da Silva representando a entidade; José Maria dos Santos pela Cut-Nacional e Rogério Matos de Araújo pela Federação Nacional dos Urbanitários.

Pela primeira vez, o evento contou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a abertura oficial da conferência. Além do ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, que participou de todas as atividades da 3ª Conferência Nacional, o evento contou com a presença de outros ministros de estado brasileiros e também da ministra de Habitação da África do Sul, Lindiwe Sisulu.

Em seu discurso, Lula falou so-

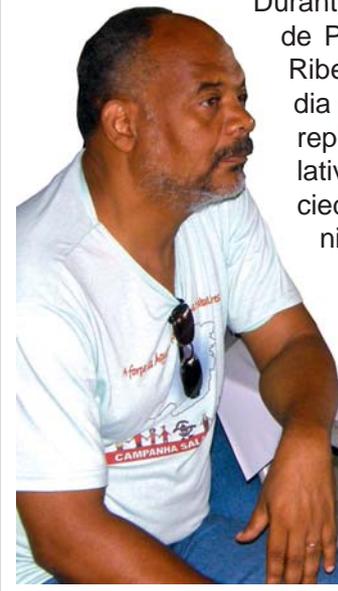


bre a importância da sociedade para decidir sobre as prioridades urbanas e regionais. “Ninguém melhor do que a própria população para dizer a cidade ideal em que deseja viver e ver os seus filhos crescerem” ressaltou o Presidente da República.

A aprovação do Marco Regulatório do Saneamento também foi citada pelo presidente Lula. “Essa

regulação do saneamento básico no Brasil já tinha sido feita há 11 anos e foi vetada, causando praticamente 11 anos de retrocesso e de atraso na política de saneamento neste País. Eu fico imaginando, se ela não tivesse sido vetada, a quantidade de benefícios que ela já teria proporcionado ao povo brasileiro” ressaltou.

### SINDÁGUA no COPLAN de Ribeirão das Neves



Durante 1º Fórum Municipal do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Ribeirão das Neves (COPLAN/RN), realizado no dia 6 de dezembro, foi feita a apresentação dos representantes dos governos executivo e legislativo, além da eleição dos representantes da sociedade civil, escolhidos entre entidades e organizações ligadas ao desenvolvimento urbano.

O SINDÁGUA MG garantiu a sua participação no COPLAN/RN com a eleição do seu diretor Gilberto dos Santos, como titular, e Delegado Sindical Sinval Roberto Silva, suplente, para representarem os trabalhadores durante o mandato 2007/2009. Os dirigentes sindicais tomam posse no dia 21 de dezembro de 2007, às 9 horas, na Casa dos Conselhos, em Ribeirão das Neves.

# São Sebastião do Paraíso recebe o Sindicato

## Exemplo de organização



Os trabalhadores de Paraíso deram um banho de organização e participação, o que não trouxe muita surpresa para um distrito que, sem dúvida nenhuma, pode ser considerado modelo, com um sentido de eficiência e de limpeza que saltam aos olhos. Essa realidade de trabalho solidário, de amizade, amparou a emoção de todos no momento em que a direção do SINDÁGUA prestou a homenagem a um dos precursores de nossa organização, que alavancou a resolução de reivindicações de tantos companheiros de Paraíso e que acabou sendo socorrido em solidariedade recentemente após uma enfermidade que vai sendo superada com denodo. O Sindicato entregou uma placa de agradecimento ao companheiro e diretor **Flávio Luiz de Souza**, que se postou firme para abraços de uma longa fila de amigos. As manifestações interessadas e a disposição dos trabalhadores, as declarações de crédito ao SINDÁGUA e acolhida que tivemos honram o nome desta cidade em que tivemos uma de nossas mais produtivas reuniões.

O SINDÁGUA realizou sua última reunião do ano, da Diretoria Plena na cidade de São Sebastião do Paraíso, saudando uma dívida que tem o tempo da história da entidade. Se foi a primeira reunião ampla da direção sindical em Paraíso, a recepção calorosa e interessada de todos os trabalhadores demonstrou que o SINDÁGUA tem ali presença firme e respeitabilidade que nos orgulham. Foram três grandes reuniões em dois dias, com um nível destacado de interesse dos trabalhadores, questionando e apresentando demandas a serem encaminhadas pelo Sindicato.

A direção sindical discutiu uma pauta extensa e deixou claro que temos lutas imediatas diante de problemas crônicos enfrentados pelos trabalhadores. Os maiores debates aconteceram em torno de posicionamentos firmes a serem tomados sobre as mudanças prejudiciais à "gratificação para dirigir veículos", os ameaçadores acontecimentos envolvendo a Previminas, processos judiciais para garantir assistência à saúde de aposentados e afastados por doença, a insegurança administrativa e pendências do Copass Saúde, os eternos problemas de enquadramento provocados pelo Plano de Cargos e Salários que não condiz com uma empresa de mercado aberto. Houve ainda uma intensa abordagem sobre o posicionamento inflexível da Copasa em relação ao pagamento da produtividade, mesmo com todos os números francamente favoráveis apontados pela própria empresa em seu balanço social, exigindo que o Sindicato tome uma postura forte para defender o direito dos trabalhadores.

No Espaço Mulher, dentro da reunião de diretoria, aconteceu a palestra "Saúde da Mulher", ministrada pelo médico e ginecologista Wellington Reis de Souza.

